

ISSN 2179-6890

ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS DA VILA PRESIDENTE VARGAS, NO BAIRRO CAMOBI, SANTA MARIA, RS¹

SOCIO-ENVIRONMENTAL ASPECTS OF PRESIDENTE VARGAS VILLAGE, IN CAMOBI NEIGHBORHOOD IN SANTA MARIA, RS

Eli Eduardo Marchezan Manhago² e Valmir Viera³

RESUMO

Este trabalho fundamentou-se em pesquisas bibliográficas para formação de opinião e análise dos levantamentos feitos, confrontando-os com a realidade encontrada na Vila Presidente Vargas. Portanto, efetuou-se um estudo socioambiental da Vila Presidente Vargas, localizada no Bairro Camobi, em Santa Maria, RS. O método utilizado para a análise foi aplicação de um instrumento de pesquisa com questões abertas e fechadas, das quais se obteve informações sobre as condições sociais, econômicas e ambientais da área em estudo. De posse das informações, elas foram analisadas e interpretadas, resultando em algumas conclusões que auxiliarão em futuras ações do poder público, quanto à melhoria das condições socioambientais na Vila, que se encontra com sérios problemas de infraestrutura e de degradação ambiental.

Palavras-chave: cidade, meio ambiente, população, degradação.

ABSTRACT

This work is based on literature searches to form opinion and analysis of the surveys made, comparing them with the reality found in the Presidente Vargas Village located in Camobi neighborhood in Santa Maria, where a socio-environmental study was made. The method applied for the analysis was a questionnaire with open and closed questions. The information was analyzed and interpreted, resulting in some conclusions that can assist future government

¹Trabalho Final de Graduação - TFG.

²Acadêmico do Curso de Geografia - UNIFRA.

³Orientador - UNIFRA.

actions on improving social and environmental conditions in the village, which currently has serious infrastructure problems and environmental degradation.

Keywords: *city, environment, population, degradation.*

INTRODUÇÃO

A população mundial cresce em ritmo acelerado e isso se agrava mais nos países subdesenvolvidos, principalmente nas áreas urbanas, gerando várias diferenças socioeconômicas. No Brasil, as áreas urbanas não estão organizadas especialmente, para receberem um aumento significativo de população, o que não é diferente no Município de Santa Maria, Rio Grande do Sul. O aumento da pobreza na periferia ocorre devido à cidade ser pólo receptor de população de toda a Região Central do Rio Grande do Sul.

Levantamentos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2000) apontam que Santa Maria possui, atualmente, um crescimento elevado de casebres e que cidades vizinhas também acolhem uma parcela dessa população pobre.

O objetivo geral, nesta pesquisa, foi investigar aspectos socioambientais da área de invasão na Vila Presidente Vargas, Bairro Camobi, Santa Maria, Rio Grande do Sul. Os objetivos específicos foram: caracterizar os aspectos ambientais da área em estudo; identificar os fatores que levaram à formação dessa área; levantar as ações dos governos para beneficiar esta população; e investigar a infraestrutura do local.

Além disso, torna-se importante conhecer os motivos que levaram a população a ocupar essa área, identificar as condições sociais e ambientais para contribuir com os órgãos governamentais municipais, a fim de auxiliá-los e informá-los da real situação.

Na literatura, a preocupação dos geógrafos é consensual no que diz respeito à existência de problemas relacionados ao ambiente e ao crescimento urbano desordenado, contudo, não há uma saída direta que solucione o problema constatado. Conforme Santos (1982), a Revolução Industrial teve uma forte influência no crescimento desordenado em muitas cidades sem planejamento.

A busca de melhores condições de vida nos grandes centros urbanos foi a principal causa da saída do homem do campo para a cidade. Esse êxodo rural trouxe-lhe várias dificuldades, entre as quais, a adaptação ao meio urbano e a falta de emprego devido à falta de qualificação necessária, o que provocou o deslocamento de um grande número de pessoas para a periferia das metrópoles, originando as favelas.

Para Gonzáles (1994), as cidades não possuem um planejamento adequado para a migração acentuada, há, então, distribuição e ocupação inadequadas do espaço urbano. Por isso, o planejamento é necessário para poder amenizar e acomodar melhor as massas migratórias que buscam um lugar para desenvolverem um nível aceitável de vida.

O crescimento rápido de zonas marginais é bem acentuado no Brasil, fato que se deve ao forte atrativo comercial e, também, de oportunidades evidentes de emprego, habitação, lazer, educação, dentre outros. No entanto, há outras áreas de menor concentração demográfica que não oferecem atrativo algum e não apresentam condições de exploração de mão de obra para pessoas vindas do campo ou de outras áreas urbanas de baixa renda.

González (1994) ressalta, ainda, a importância de incentivar a criação de associações de bairros, sindicatos, clubes sociais, clubes recreativos, esportivos, para gerar um esforço conjunto de participação integrada entre todos os membros dessa população, a fim de melhorar a infraestrutura local, organizar o espaço residual, buscando uma melhor qualidade de vida para todos os ocupantes.

O aumento de densidade populacional, quando ocorre de forma não planejada ou por falta de gerenciamento, cria um aumento na demanda de serviços que, assim, não atenderão às necessidades básicas, saturando a rede de infraestrutura urbana. Segundo Accioly (1998, p. 12),

as altas densidades estão geralmente associadas à baixa renda, com maiores oportunidades e intensidade de contatos sociais e com uma maior dinâmica dos sistemas de encontros casuais. Altas densidades também estão associadas a situações conflituosas geradas pela intensa 'disputa' por espaço, circulação e privacidade.

Cabe ao Estado o papel de melhorar as condições de vida da população. Assim, o desenvolvimento de grandes ou pequenas cidades deverá ser normatizado por ele. A gestão urbana deve se basear em princípios de eficiência, eficácia e equidade na distribuição dos recursos e investimentos públicos, gerados a partir da cidade e revertidos para a população, a fim de acelerar o seu desenvolvimento.

Um crescimento ordenado, com desenvolvimento sustentável e organizado é uma maneira de evitar situações de conflito e altas densidades. Com uma participação efetiva das empresas privadas com o governo, podem tratar melhor da infraestrutura e manter os serviços adequados à sociedade, pois

a população já não aceita a morosidade do Estado em gerenciar os recursos, apesar de as aplicações de hoje serem mais rápidas, devido à entrada da iniciativa privada no setor.

Conforme Milone (1986), alguns aspectos são importantes no desenvolvimento urbano e migrações: os fatores sociais, quando há o rompimento das tradições; os fatores físicos, os quais estão ligados ao clima, seca, inundações, fazendo com que o indivíduo se desloque de seu território; os fatores demográficos, em que há redução da mortalidade e crescimento populacional; os fatores culturais, relacionados à segurança nas áreas urbanas e o brilho das luzes das cidades; os fatores de comunicação, introdução do rádio, cinema, televisão, sistema de educação urbana e melhoria nos transportes.

Entende-se que essa ideia de desenvolvimento amenizaria todos os problemas, pois estes seriam aceitáveis em países que estivessem passando por um crescimento rápido, mas não são pertinentes aos países em desenvolvimento. Um país em desenvolvimento deve ser um modelo de superação, não havendo um relacionamento entre o subdesenvolvido e o desenvolvido, mas apenas uma comparação entre níveis diferentes.

Outro problema grave que ocorre, nas áreas urbanas, é a degradação ambiental que se caracteriza, conforme Souza (2000), como o “intenso processo de degradação generalizada do meio ambiente e dos recursos naturais, provocada pela intensificação do crescimento econômico e populacional no século XX”.

Esse problema prevalece e cria um conflito entre os defensores do planeta Terra e sua totalidade de vida contra o real projeto de globalização, envolve os setores públicos, privados e a sociedade civil com objetivo de barrar a degradação ambiental no século XXI.

Sabe-se dos diversos problemas ambientais existentes há longo tempo e o homem, em um primeiro momento, pouco ou nada se preocupou com a preservação ambiental, pois, no passado, a visão natural era mais empírica. Hoje, no entanto, todo o apelo universal que está na mídia tem como finalidade chamar atenção para o quadro grave em que o planeta se encontra.

Nesse contexto, ao efetuar o levantamento detalhado e fazer a investigação da situação dos moradores, poder-se-ão definir ações que auxiliem na solução dos problemas, colocando em evidência as desigualdades encontradas nessa comunidade.

METODOLOGIA

A Vila Presidente Vargas está localizada no Bairro Camobi, Município de Santa Maria, Rio Grande do Sul, nas coordenadas W 51°30'40”, 51°08'36” e

S 29°33'39", 29°59'35" (Figura 1), cuja pesquisa no local envolveu uma análise teórica, a aplicação de um instrumento de pesquisa, análise dos resultados obtidos e considerações finais.

Inicialmente, realizou-se o levantamento bibliográfico e o levantamento da área de estudo. Em um segundo momento, foi organizado o levantamento bibliográfico e confeccionado o mapa da área de estudo (Figura 1). No terceiro momento, organizou-se o instrumento de pesquisa com questões abertas e fechadas a respeito das condições socioambientais.

Do total de 250 moradores, foram escolhidos 10%, ou seja, 25 moradores para responderem ao instrumento de pesquisa. A escolha dos moradores ocorreu de forma ordenada, com o seguinte critério: na primeira rua, aplicou-se o questionário ao morador que iniciava a quadra e, posteriormente, após falhar três casas, o quarto morador foi escolhido e assim sucessivamente.

No quarto momento, foi aplicado o instrumento de pesquisa e feita respectiva tabulação dos dados obtidos. Em quinta etapa, foram analisados os dados obtidos da aplicação do instrumento de pesquisa. Por último, foram feitas as considerações finais, bem como algumas sugestões ao poder público, para melhor gestão e organização da Vila Presidente Vargas, em Santa Maria, RS.



Operação pública digital - Nages Thiem

Figura 1 - Localização da Vila Presidente Vargas na cidade de Santa Maria, RS.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta pesquisa, buscou-se demonstrar a situação da Vila Presidente Vargas em Santa Maria, RS, cujo objetivo visa, antes de tudo, a fazer o planejamento

do seu local de moradia, bem como de suas necessidades para que, por meio da construção dessa percepção, apresente uma identidade própria.

Ao analisar a questão sobre saúde na referida vila, foi observado que 80% dos moradores utilizam o Sistema Único de Saúde (SUS), no Hospital Universitário de Santa Maria (HUSM), o qual garante o atendimento à população. Os demais moradores procuram os serviços fornecidos por outros hospitais ou postos de saúde da cidade.

Quanto ao salário da população investigada, constatou-se que a maioria é assalariada, recebendo entre um a três salários-mínimos por mês. A maioria dos trabalhadores está empregada em empresas de serviços gerais, pois a escolaridade da população não ultrapassa o primeiro ou segundo grau completo. Ainda, sobre os salários, 40% recebem até um salário-mínimo, 36% recebem até um e meio salário-mínimo e 24% ganham três ou mais salários-mínimos.

O fator escolaridade determina o nível de educação na Vila Presidente Vargas. Assim, sobre o grau de escolaridade, observou-se na Vila Presidente Vargas que 36% dos moradores possuem Ensino Médio incompleto, 24% possuem Ensino Médio completo, 16% possuem Ensino Fundamental completo, 20% possuem Ensino Fundamental incompleto, 4% possuem Ensino Superior incompleto e nenhum morador possui Ensino Superior completo.

A criança é um fator importante na contribuição da economia do lar, pois muitas hoje estão na escola devido ao auxílio do governo, com o Programa Bolsa-Escola. Mesmo com esse auxílio, a família necessita da mão de obra infantil para completar suas necessidades econômicas básicas. Isso requer que o turno seguinte à atividade escolar seja de trabalho para essa criança. Esse quadro se verifica ao se identificar que 80% dos moradores entrevistados dependem desse benefício e apenas 20% não o possuem.

São vários os problemas encontrados na Vila Presidente Vargas, a começar pelo saneamento, que é praticamente inexistente. Os próprios moradores se envolvem e organizam o esgoto, seja em valas bem limpas, seja com tubulação, o que não corresponde aos padrões ideais de saneamento.

O saneamento encontrado na Vila Presidente Vargas é precário, assim o descaso do poder público torna-se visível em vários pontos onde foi construída a tubulação, que ficou aberta. Se a tubulação está pronta, porque não fecham definitivamente a “boca de lobo”? Uma medida simples e de pequeno custo que, não realizada, mostra a ineficiência dos serviços prestados à população.

No local, também se desenvolve alguma atividade comercial, por exemplo, um morador efetua a coleta do lixo para, posteriormente, vendê-lo para

as usinas de reciclagem. Esse trabalho de coleta e venda de material reciclável auxilia na manutenção da família e em uma renda mais elevada do que o salário-mínimo, tornando-se um complemento de renda familiar.

Em vários momentos foram observadas situações como essa, pois o país não dispõe de uma situação econômica igualitária, o que faz muitas pessoas viverem do resíduo reciclável, seja em seu bairro, seja em sua cidade, circulando pelo centro urbano atrás de material para venda.

Em geral, a Vila Presidente Vargas está com alguns serviços básicos em andamento, recebe água encanada pela Companhia Rio-grandense de Saneamento (CORSAN), a eletrificação atinge 100% das residências, a telefonia é outro serviço presente nas residências, de modo fixo ou móvel.

Outro fator que chama atenção na vila é o número de cães. Na região urbana, circula uma população canina elevada que requer uma atenção especial e um tratamento especial. As zoonoses produzidas pelos dejetos animais estão em contato direto com os moradores e, assim, um elevado número de crianças está susceptível a várias contaminações. Somente com políticas públicas eficientes e efetiva cobrança da sociedade, será possível reverter o quadro inoperante de serviços, não somente nessa região, mas em todas as regiões de exclusão social.

A solução dos problemas existe, porém requer investimento pela prefeitura e uma fiscalização efetiva de todos os cidadãos. Os moradores da Vila Presidente Vargas não deixam de relatar os problemas existentes no contexto social. São pessoas de baixa renda, mas atentas às condições precárias em que se encontram. Não deixam de participar da política local, querem que os principais problemas, como o calçamento, o saneamento, a saúde e a degradação ambiental sejam realmente vistos como uma prioridade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Vila Presidente Vargas localiza-se na zona Leste da cidade de Santa Maria, RS, é um lugar de mínima infraestrutura e pouco ou nenhum investimento do poder público. Nesse contexto, residem cerca de duzentos e cinquenta famílias com moradias feitas de alvenaria ou madeira e cômodos pequenos, ruas sem calçamento, esgoto a céu aberto em frente às residências, o que causa preocupação aos moradores, principalmente em relação a sua saúde.

O poder público deve prestar serviços por completo à comunidade e cabe à sociedade civil organizada fazer com que isso de fato ocorra, pois a administração pública não pode se ausentar de seu compromisso social. Na análise dos dados

coletados, a partir dos gráficos de ganho salarial e escolaridade, conclui-se que há a relação direta entre o nível de instrução e quanto ganha o morador. O fator instrução é determinante no nível de salário que a pessoa recebe, tornando, dessa forma, imediata e oportuna a inclusão escolar na área de estudo. A escola é importante para os moradores, pois faz a integração e o convívio social de toda a comunidade.

Os problemas relacionados às questões ambientais, como o lixo em via pública ou terrenos baldios, merecem atenção e conscientização da população local, bem como a importância de se manter o local limpo. A coleta de lixo é realizada três vezes por semana, o que não justifica a colocação do lixo em via pública ou em outros locais. Além disso, deve-se elaborar um mecanismo que busque a conscientização da comunidade para o destino final do lixo, pois muitas doenças ali existentes podem ser solucionadas com medidas simples e eficientes.

Os problemas mais graves estão relacionados à infraestrutura do local, o que altera, diretamente, a vida dos moradores. Já existe uma parcela da comunidade que compreende a necessidade de efetuar uma conscientização maior dos moradores, para, dessa forma, atender de imediato os problemas encontrados. Há a necessidade de ações comunitárias que envolvam a comunidade e o poder público, para que efetivamente surtam efeito as medidas curativas ou preventivas. As questões administrativas devem ser tratadas de forma a envolver o político no local e esse deve efetuar projetos para solucionar os problemas já citados anteriormente.

É necessário que a população da Vila Presidente Vargas se organize e tenha força política para reivindicar junto aos vereadores um compromisso com as questões levantadas e analisadas. Comunidade e representações políticas em sintonia facilitarão a implementação de projetos sociais e de infraestrutura, criando, assim, situações em que os moradores estarão efetivamente envolvidos com o poder público.

Neste trabalho, sugere-se organizar a comunidade estudada e apresentar junto à associação dos moradores da Vila Presidente Vargas as necessidades mais urgentes a serem tratadas e reivindicar ao poder público melhorias em todas as áreas precárias.

REFERÊNCIAS

ACCIOLY, Hildebrando. **Conceitos e temas**. São Paulo: Bertrand, 1998.

GONZALEZ, H. **O que é o subdesenvolvimento, primeiros passos**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Censo demográfico 2000. **Famílias e domicílios: resultados e amostras**. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2000.

MILONE, Paulo Cesar . **População e desenvolvimento: uma análise econômica**. São Paulo: Loyola, 1986.

SANTOS, Milton. **Urbanização brasileira**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1982.

SOUZA, Renato Santos de. **Entendendo a questão ambiental**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2000.

